

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)

20 mar 2017 | O Globo

Não insistir no erro

Seria no mínimo ingênuo tentar sair da crise por meio da política que criou a própria crise

Não há governante, em campanha ou no poder, que não prometa crescimento, geração de empregos, um mundo de paz e prosperidade. Mas tudo depende dos meios pelos quais os políticos procuram cumprir o que prometem.

O que houve nos 13 anos de lulopetismo no poder é ilustrativo. Na campanha para o primeiro mandato, em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva, ao perceber que as velhas teses do PT não eram adequadas para conter o dólar e a consequente alta da inflação, processo disparado nos mercados pelo temor diante da perspectiva de vitória do candidato de esquerda, se comprometeu a cumprir contratos, a não dar uma guinada violenta no transatlântico da economia brasileira.

Fez bem. Montou boa dupla para conduzir a economia, com Antonio Palocci na Fazenda e Henrique Meirelles no Banco Central. Os dois seguiram os manuais clássicos e infalíveis de estabilização econômica — juros altos e cortes nos gastos. A inflação caiu e o PIB voltou a crescer, também ajudados pela onda de expansão sincronizada de importantes economias. Com destaque para a chinesa.

Infelizmente, no segundo mandato, com Dilma Rousseff na Casa Civil, Lula desengavetou os manuais intervencionistas e “desenvolvimentistas” do velho PT. O resultado é conhecido. E, por 13 milhões de desempregados, vivenciado de maneira dramática.

Ao utilizar o agravamento da crise mundial, a partir do fim de 2008, com o estouro da bolha financeira e imobiliária americana, como justificativa para um desmedido aumento de despesas públicas, Lula e Dilma começaram a lançar as bases da maior crise fiscal de que se tem notícia na história do país.

Além dos 13 milhões de desempregados e seus outros milhões de dependentes, uma vítima foi a própria Dilma Rousseff. Depois de conquistar a reeleição, em 2014, já com o PIB ladeira abaixo, e, com a manipulação de técnicas de “contabilidade criativa” para escamotear os déficits crescentes, a presidente reeleita tentou um arremedo de ajuste. Não deu tempo. As manipulações contábeis levaram-na a ser enquadrada em crimes previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, punidos com impeachment. O vice, Michel Temer, recebeu uma herança de fato maldita. Coube a ele lançar um importante ajuste nas contas públicas. Começou pela instituição, por emenda constitucional, de um teto para as despesas públicas, a fim de impedir de crescerem mais que a inflação anualizada até junho do ano anterior. Assim, interrompe-se a corrida para o precipício impulsionada por gastos que cresciam mais que o PIB e a inflação. Algo insustentável. Mas, para que tudo funcione, falta a reforma da Previdência, ainda a ser aprovada. Sem ela, não haverá teto que não venha a ser ultrapassado.

Seria ingênuo e crasso erro tentar sair de uma crise de confiança na gestão fiscal insistindo-se nos equívocos que criaram a desconfiança. Prova disso é que já há sinais de recuperação, mesmo tênues, na economia.

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)